

ENTENDIMENTOS SOBRE A QUEIXA ESCOLAR E COMO A PSICOLOGIA PODE CONTRIBUIR

Ana Luiza Poitevin Adam^{*}

Cintia Mariele Piroca^{**}

Vanessa Fontana da Costa^{***}

Cristiane Bottoli^{****}

Resumo: O presente trabalho objetiva refletir sobre o significado da queixa escolar para o profissional da psicologia, mais especificamente o que trabalha com a prática clínica. O mesmo foi realizado através de uma revisão de literatura, por meio de algumas leituras sobre a temática, se propondo a discutir elementos com relação à queixa escolar. Primeiramente, buscou-se entender como essa demanda chega para o psicólogo no contexto da clínica, logo após, através de uma problematização dos encaminhamentos realizados, indicar alternativas de intervenção que neste contexto seriam mais adequadas e efetivas, para dar conta dessas dificuldades, visto que, a maioria das queixas escolares percebem a criança e o adolescente a partir de uma perspectiva mais individual. Pode-se perceber que, primeiramente se faz necessário entender este pedido que é feito a partir do encaminhamento da escola, e através de uma escuta atenta dos principais atores desta relação, que envolve desde a criança, sua família, e a escola, propor intervenções adequadas a partir de uma visão sistêmica que comprometa a todos.

Palavras-chave: Queixa escolar. Família. Psicologia.

Introdução

No contexto educacional espera-se um desempenho e/ou rendimento dos estudantes dentro de certo padrão, bem como, um comportamento considerado adequado ao ambiente. Quando tais fatores não se mostram presentes, aparecem as queixas escolares. Em geral, essas queixas dividem-se em dois grupos, aquele ligado aos problemas comportamentais que englobam questões de socialização, agressividade para com os colegas e/ou professores, não

^{*} Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário Franciscano. E-mail: analuiza.poitevin@gmail.com

^{**} Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário Franciscano. E-mail: cintiamarieli@gmail.com

^{***} Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário Franciscano. E-mail: vfc_vanessa@yahoo.com.br

^{****} Orientadora. Professora do Curso de Psicologia – Centro Universitário Franciscano. cbottoli@hotmail.com

adaptação à rotina ou atividades sugeridas; e outro, que se refere a problemas de aprendizagem, desde dificuldades em um conteúdo específico até déficits em áreas específicas do conhecimento.

Em geral o problema é tratado de forma individual, onde o aluno é acompanhado ou encaminhado à profissionais específicos, dentre eles o psicólogo clínico. Observa-se assim, um aumento nas solicitações aos serviços de psicologia pelas instituições escolares, e, ao mesmo tempo, um alto índice de desistência dessa clientela encaminhada. Entende-se que um dos motivos seria o fato de que, muitas vezes, a queixa, referenciada apenas à criança com dificuldades, diz respeito a outros elementos que a envolvem e entre si se relacionam.

Os atendimentos psicológicos auxiliam a criança a lidar com suas questões e com a fase de desenvolvimento pela qual passam, porém, muitas vezes são identificados problemas que vão além da perspectiva mais individual. E, com relação à queixa escolar, muitas delas, são reflexos não apenas de fenômenos individuais, mas vivenciados por diversas crianças e não apenas uma inadaptação daquele aluno, um exemplo são as fases de transição escolar que acabam gerando angústias, principalmente pela mudança de rotina e de professor.

O presente trabalho objetivou refletir sobre a atuação do psicólogo perante a queixa escolar, e as diferentes perspectivas sobre essa demanda, buscando ampliar essa visão, que muitas vezes limita esta problemática apenas em torno de questões individuais e subjetivas, pois entende-se que essas dificuldades deveriam ser trabalhadas coletivamente. Ressalta-se também a importância do trabalho conjunto entre os diferentes contextos de vida da criança, incentivando a inter-relação entre família e escola, dois principais ambientes de suporte e formação infantil, bem como, com os demais profissionais que trabalham com a criança. Através, principalmente, do acolhimento destas demandas, refletindo sobre suas questões de forma integral, auxiliando-se mutuamente.

1 Desenvolvimento e resultados

Este trabalho foi pautado em uma pesquisa de cunho bibliográfico, que foi elaborada a partir de dados em materiais já publicados, sejam eles impressos, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e também anais de eventos científicos. A pesquisa foi desenvolvida seguindo as seguintes etapas: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto (GIL, 2010).

A escolha do tema partiu da ideia de compreender os significados da queixa escolar, a partir da visão da psicologia clínica, em função de que a maioria dos encaminhamentos feitos, pelas escolas, de crianças, para atendimento psicológico se dão em função de demandas escolares. Assim, objetivou-se problematizar esta realidade, buscando entender este pedido que é feito e refletindo sobre a possibilidade de atuação e contribuição da psicologia clínica para dar conta destas queixas, auxiliando tanto as crianças, suas famílias e as escolas.

O levantamento bibliográfico revisou determinados autores buscando identificar aspectos referentes ao entendimento das queixas escolares, logo após, os significados desta demanda escolar a partir do entendimento do psicólogo, e, finalizando, através de uma busca de possibilidades de atuação do psicólogo clínico para dar conta desse pedido. Após a leitura dos textos, foi realizado o fichamento, discussões da temática e produção do texto final, buscando atender aos objetivos propostos.

1.1 A queixa escolar

Atualmente, problemas relacionados à queixa escolar estão dentre as mais frequentes causas de encaminhamento de crianças e adolescentes à serviços de psicologia (RODRIGUES; CAMPOS & FERNANDES, 2012). Esse fato entende-se que ocorre principalmente, em função da perspectiva do sistema educacional, de anos anteriores, em atribuir questões referentes a dificuldades na aprendizagem à problemas intrapsíquicos e/ou orgânicos, de ordem de condições adversas de saúde, como desnutrição e verminoses. Entretanto, nos dias de hoje, essa concepção dá lugar, a fatores mais de ordem psicológica, tendo como resultado o aumento da demanda nos consultórios de psicologia a partir dessas queixas (CABRAL & SAWAYA, 2001).

Dentre essas queixas, Rodrigues, Campos e Fernandes (2012) identificam como principais as que se referem às dificuldades de aprendizagem, seguidas de queixas ligadas à problemas comportamentais, dificuldades afetivas e nos processos cognitivos. Para Braga e Moraes (2007), tais problemas relacionados à escola, são observados mais em crianças do sexo masculino, possivelmente por questões socioculturais, devido ao fato de serem mais agitados e indisciplinados do que as meninas, sendo esse comportamento menos tolerado por parte dos educadores.

Assim, de acordo com Cabral e Sawaya (2001), a indisciplina vem sendo indicada como outra queixa dos docentes em relação às crianças e adolescentes. A partir disso, deve-se

analisar a questão da indisciplina multifatorialmente, sendo esta, por vezes, sintoma de conflitos instaurados no âmbito escolar por questões de rotulação, ou sendo caracterizada a partir de agressões baseadas em preconceitos de gênero, cor e classe social. Logo, analisa-se que existe atualmente uma tendência a tratar problemas eminentemente sociais pela via da patologização, principalmente no processo ensino e aprendizagem, o que reflete em uma medicalização e psicologização dessas questões desde muito cedo (BRAGA & MORAIS, 2007).

As causas de baixo rendimento escolar são geralmente atribuídas ao casal parental ou à própria criança, relatando que problemas comportamentais e de aprendizagem se dão a partir de conflitos internos da criança, como carência afetiva ou “desestruturação familiar”. Desta forma, culpabiliza-se principalmente o aluno e a família pelo “fracasso escolar”, isolando este do sistema educacional em que está inserido, muitas vezes resultando na manutenção dos sintomas apresentados e agravando ainda mais os problemas (BRAGA; MORAIS, 2007).

Portanto, segundo Souza (2009), é de suma importância que se entenda a questão da queixa escolar não como um simples reflexo de problemas de ordem emocional, mas como resultado de relações escolares, sociais e culturais, revendo formas diagnósticas e seus instrumentos avaliativos e considerando sempre a importância dos processos de escolarização na constituição dos indivíduos.

1.2 A demanda que chega para o psicólogo

A procura por atendimento psicológico para crianças em idade escolar é consideravelmente grande, na maioria dos casos a queixa está relacionada ao desempenho escolar e/ou inadaptação no ambiente escolar, por vezes a própria instituição realiza o encaminhamento. Tendo em vista esta significativa demanda clínica relacionada ao processo de ensino-aprendizagem, torna-se fundamental a realização de pesquisas na área, bem como uma reflexão acerca de tais demandas. Em geral o problema é visto como individual e/ou familiar, sem implicações sociais e culturais, o que pode gerar mais insegurança e inaptações infantis (BRAGA & MORAIS, 2007).

A escola psicologiza o fracasso escolar quando atribui aos desajustes escolares a classificação de problemas de aprendizagem, admitindo como causa dos problemas aspectos intrapsíquicos e/ou orgânicos da criança e, como resolução da não adaptação escolar, o encaminhamento aos psicólogos (BRAGA & MORAIS, 2007, p. 44).

Tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento podem ser vistos como um ciclo, onde todos os fatores se influenciam mutuamente, ou seja, a escola, a família e a criança estão envolvidas nestes processos e necessitam se interrelacionar de forma mais eficaz. Identifica-se uma maior procura por atendimento psicológico para as crianças que atravessam fases do processo de aprendizagem, ou seja, períodos, muitas vezes, de grande mudança no conteúdo ou na rotina escolar, como o segundo ou quarto ano, dificuldades que podem ser associadas à angústia advinda das mudanças, ou ao acúmulo de limitações que são reforçadas nesse período de transição. A resolução de uma dada etapa de desenvolvimento afeta a etapa seguinte, podendo contribuir para a competência, em maior ou menor grau, e também para a vulnerabilidade aos riscos, tanto aqueles inerentes a cada fase como os decorrentes de circunstâncias de vida adversas ao desenvolvimento (BRAGA & MORAIS, 2007).

Assim, percebe-se que, em alguns casos, a demanda para atendimento psicológico, desconsidera o que ocorre na escola, tornando os problemas de aprendizagem reduzidos a uma demanda individual, porém o que se vê são dificuldades relacionadas a fatores emocionais decorrentes também decorrentes da adaptação da criança ao contexto escolar e as suas variáveis (NEVES & MARINHO-ARAÚJO, 2006). Tal perspectiva individualista resulta em uma patologização do processo de ensino e aprendizagem, “a escola, que em princípio deveria ser um agente de promoção do desenvolvimento, torna-se, para muitas crianças, um cenário onde elas são expostas a angústias cotidianas” (D’AVILA-BACARJI; MARTURANO & ELIAS, 2005, p.108). O que pode ocorrer neste cenário, quando o problema é tratado apenas pela perspectiva individual e não coletiva, é acabar segregando o aluno que é considerado um problema, ao invés de adaptar-se às suas limitações e acolhê-lo coletivamente, a partir de uma perspectiva mais sistêmica e relacional.

Nos atendimentos clínicos percebe-se que as crianças geralmente possuem, para além das queixas de desempenho cognitivo e de aprendizagem, problemas de socialização e emocionais, em que se sobressaem às dificuldades de autorregulação da atenção e do comportamento, retraimento, entre outras. Elementos estes que também representam risco para o cumprimento das tarefas de desenvolvimento da fase escolar. Dentro desta perspectiva socioemocional D’Avila-Bacarji, Marturano e Elias (2005) destacam que o suporte emocional familiar também pode ser deficitário, e quando o problema envolve tal contexto, a família espera receber esse apoio exclusivamente do psicólogo, porém, sendo este um ciclo de retroalimentado, a família que apresenta essas dificuldades nas relações interpessoais, acaba por prejudicar a vida acadêmica, que por sua vez reforça esses padrões de relacionamentos,

sem muitas vezes se dar conta disso. Assim, a escola como consequência também age como agente reforçador de toda esta realidade, e desta forma, é de extrema importância que ocorra uma interlocução entre a família e a escola, bem como com os demais profissionais que trabalham com esta criança, e aí insere-se o trabalho do psicólogo, que é chamado, muitas vezes para dar conta de toda esta situação.

Porém, este contato entre os contextos que compõe a realidade da criança pode ser dificultado pela falta desta prática profissional de ambas as partes, inclusive por parte dos psicólogos, o que acaba por ratificar toda esta situação. De acordo com Braga e Moraes (2007) não é uma prática comum o psicólogo procurar a escola e o professor, seja por falta de tempo ou costume, e este é um problema que pode surgir desde a própria formação profissional. O psicólogo, muitas vezes, se detém a fazer entrevistas e aconselhamentos com a família, mesmo quando identifica que a queixa estaria relacionada também com a escola.

Os psicólogos muitas vezes não têm a formação adequada para buscar outras formas de atendimento à queixa escolar além do atendimento individual das crianças e de sua família, excluindo, dessa forma, o papel da instituição escolar na produção e solução das dificuldades (BRAGA & MORAIS, 2007, p.46).

Desta forma muitas vezes a redução do problema à questões individuais ocorre devido a falta de comunicação entre profissionais, que não sabem como tratar tal questão de forma mais integral, assim, investindo apenas individualmente corre-se o risco de reforçar questões como insegurança e culpabilização nas próprias crianças. O psicólogo também não pode isolar as queixas relacionadas a distúrbios de aprendizagem de uma perspectiva mais sociocultural, ou seja, é fundamental o trabalho em conjunto com a família e a escola (NEVES & MARINHO-ARAUJO, 2006).

1.3 A atuação do psicólogo: o que é possível fazer?

A partir dos entendimentos discutidos até então, da queixa e da demanda escolar, que chega para os psicólogos, torna-se possível então perceber que as causas dos problemas de rendimento escolar na sua maioria são atribuídas aos pais e as crianças e adolescentes. Desta forma a culpabilização se refere ao aluno, eximindo da responsabilidade outros autores deste cenário, que também são responsáveis pelos múltiplos fatores que contribuem para as dificuldades encontradas na escola.

E, diante desses problemas que existem no contexto escolar, é dado ao psicólogo uma posição de poder em relação à resolução à essas demandas, e seu papel acaba sendo tratar estes “alunos problema”, devolvendo às salas eles “bem adaptados” e “melhores” (MARTINS, 2003). A grande problemática, que muitas vezes dificulta a prática do psicólogo e que na visão de muitos, não traz os resultados esperados, é de que as dificuldades das crianças e adolescentes muitas vezes não dizem respeito apenas a aspectos da aprendizagem, mas sim, muitas variáveis contribuem para o aparecimento e manutenção delas e que são experimentadas na escola, na relação professor e aluno em sala de aula, através das práticas curriculares e das formas de transmissão dos conteúdos, das modalidades didáticas, e que ganham voz, muitas vezes através dos comportamentos dos alunos.

Para Silvaes (2000) há a realização de um trajeto e um papel atribuído à criança com dificuldades escolares. Refere-se a um caminho cristalizado, da escola aos psicólogos clínicos, onde a instituição de alguma forma parece não querer, em alguns casos, se responsabilizar pelos encaminhamentos por ela detectadas, implicando-se diretamente neste processo.

O autor supracitado destaca o perfil das crianças que chegam até as clínicas escolas de Psicologia, são crianças entre 6 e 10 anos, na sua maioria de família de baixa renda, com pouco recurso financeiro. Neste sentido estas famílias não possuindo condições de realizar psicoterapia em consultórios particulares, são encaminhadas às clínicas escolas, muitas vezes tendo que aguardar em uma lista de espera. Quando chamadas para o atendimento, percebe-se uma alta taxa de desistência, que justifica-se pela localização das clínicas escolas, muitas vezes situadas nos centros universitários, em que as famílias necessitam de transporte para chegar até lá, dificultando o acesso e inviabilizando o encaminhamento anteriormente feito pela escola (SILVARES, 2000).

A partir disso, Silvaes (2000) refere ainda, a necessidade de mudanças nas práticas institucionais e psicológicas das clínicas escolas brasileiras. Uma das alternativas seria a inversão do fluxo cliente/clínica escola, ou seja, ao invés da criança e sua família irem até a clínica escola, esta também iria até eles. Assim, haveria a implementação de novas formas de atendimento psicológico, que ocorreria no espaço escolar, através de orientação preventiva de pais e crianças com dificuldades, grupos recreativos de crianças que aguardam atendimento psicológico, ou seja, práticas que envolveriam todos os que participam direta ou indiretamente do processo educativo e que são agentes no espaço escolar.

Também é importante destacar que, diante da necessidade de tais práticas, Braga e Moraes (2007) observam, que, muitas vezes as determinações sociais e institucionais são esquecidas na atuação do psicólogo, onde há um desconhecimento desta complexa rede que também está presente na manifestação da queixa escolar, influenciando na produção das dificuldades escolares. Assim, deve ficar claro, tanto para a escola, quanto para os pais e para o próprio profissional da psicologia, que apenas atendimentos individuais, centrados na criança e “no seu problema”, não são capazes de chegar ao objetivo a que o encaminhamento se propôs inicialmente. As dificuldades escolares são advindas também de um problema institucional, pedagógico, familiar, político e social.

No que se refere à formação dos psicólogos clínicos, a intervenção utilizada muitas vezes não é adequada, pois estes não possuem referencial para buscar outras maneiras de atender a queixa escolar, assim, atendem individualmente as crianças e a família, deixando de lado o papel da instituição escolar na produção e solução das dificuldades. É preciso mudar o modelo clínico para dar conta da realidade da clientela atendida (BRAGA & MORAES, 2007).

Os psicólogos demonstram a necessidade de entrar em contato com a realidade escolar, mas nota-se que seu preparo profissional, não lhes forneceu os elementos necessários a uma compreensão psicossocial da dinâmica escolar, capaz de analisar a escola como uma instituição feita de sujeitos sociais (professores, alunos, equipe técnica e pais), os quais se relacionam entre si e dirigem as concepções que orientam as práticas educativas e seus resultados (CABRAL & SAWAYA, 2001).

A intervenção do psicólogo deve ser aquela em que, sem excluir as contribuições da psicologia clínica e acadêmica, o profissional assuma um papel de agente de mudanças dentro da instituição escolar. Atuando para promover reflexões, que visem conscientizar os vários grupos dentro da escola, e dos papéis representados pela instituição na queixa relacionada à criança ou adolescente. Desta forma, cabe ao psicólogo intervir sobre as relações que se estabelecem neste contexto instituição escola-clínica-escola, levando em consideração o meio social que estão inseridos (MARTINS, 2003).

Assim sendo, os psicólogos necessitam olhar as relações, as concepções, as práticas escolares, que fazem parte de um quadro social, político e econômico mais amplo, que exerce forte influência na subjetividade das crianças, dos adolescentes, das famílias e de todos os inseridos na escola, e já que o desempenho escolar é resultado destes processos e destas relações, devem ser objeto de investigação e intervenção psicológica, a partir destas diferentes perspectivas (CABRAL & SAWAYA, 2007).

Conclusões

A partir das discussões apresentadas no presente trabalho, entende-se que se faz urgente a revisão das ideias e práticas com relação a queixa escolar, para que realmente as problemáticas tenham solução. Fica claro também que esta não é uma tarefa fácil ou simples, pois envolve várias instâncias, diversos saberes, pois muitos são os envolvidos quando falamos em ensino e aprendizagem. Nestes casos, não se pretende culpabilizar nenhum dos lados do processo, mas buscar esclarecer que os problemas escolares devem ser entendidos dentro de uma perspectiva que englobe todo o sujeito, sua família, a sociedade e a escola.

Por ser um compromisso que deve se assumir de forma conjunta, nem escola e nem psicólogos, na sua maioria clínicos, deveriam se eximir desta tarefa. Pois, quando se problematiza os encaminhamentos feitos pelas escolas, também deve-se rever a resposta que é dada, através da prática, pelo psicólogo que foi procurado. Muitas vezes cabe à este profissional a missão de informar, questionar, problematizar, e trazer à tona, questões referentes a queixa escolar que não foram trazidas, ou que passaram despercebidas, ou então que os envolvidos estão com dificuldades de se dar conta.

Além disso, ao ser assumido este lugar, visando um trabalho coletivo, todos são responsáveis e necessários, pois os saberes são distintos, as práticas complementares, tanto com relação a família, a escola, e ao profissional da psicologia, sendo que cada um pode dizer deste problema, desta criança, deste adolescente, desta realidade, em constante transformação.

Diante desta realidade, deve-se revisar as práticas de “atendimento” à queixa escolar, principalmente em função das conseqüências que estas ações operam nos sujeitos da vida escolar. Assim, não questionar, não considerar o que é realizado com relação à elas, é contribuir para o fracasso escolar e a exclusão social. Transformar a queixa em uma possibilidade de ação, envolvendo à todos, é tarefa de cada um.

Desta forma, o trabalho do psicólogo deveria ser o de ampliar as concepções a respeito da queixa escolar, fazendo com que professores e pais, pensem em outras possibilidades de ação, que capacitem, potencializem, buscando soluções onde, às vezes menos se imagina, ou seja, “dentro de casa”. Esta discussão não se encerra aqui, pois teve como objetivo proporcionar um espaço inicial para refletir sobre alguns significados da queixa escolar a partir do olhar do psicólogo.

Referências

BRAGA, S. G.; MORAIS, M. L. S. Queixa escolar: atuação do psicólogo e interfaces com a educação. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, out./dez. 2007, 18(4), 35-51.

CABRAL, E; SAWAYA, S.M. Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, 2001.

D'AVILA-BACARJI, K. M. G.; MARTURANO, E. M.; ELIAS, L.C. S. Suporte Parental: Um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 107-115, jan./abr, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J.B. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia em Estudo**, v.8, n 2, p. 39-45, 2003.

NEVES, M. M. B. J.; MARINHO-ARAUJO, C. M. A questão das dificuldades de aprendizagem e o atendimento psicológico às queixas escolares. **Revista Aletheia**, n. 24, p. 161-170, Jul./Dez., 2006.

RODRIGUES, M.C.; CAMPOS, A.P.S.; FERNANDES, I.A. Caracterização da queixa escolar no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2012.

SILVARES, E.F.M. Invertendo o caminho tradicional do atendimento psicológico numa clínica-escola brasileira. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, 2000.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar (ABRAPEE)**, Volume 13, 2009.